

|  |  |                                  |
|--|--|----------------------------------|
| Apresentação de Autorização de Internação Hospitalar   | META: 100% das saídas hospitalares processadas no mês                    | ALCANCE ANO 2022 (média) 114,36% |
| Controle de Infecção Hospitalar:   | Média do Ano de 2022   |                                  |
| Densidade de Infecção Hospitalar em UTI Pediátrica / Coronária / Neonatal  | 8,14 / 8,42 / 2,75   |                                  |
| Densidade de Incidência de Infecção Hospitalar em Corrente Sanguínea associada a Cateter Venoso Central em UTI Pediátrica / Coronária / Neonatal | 7,53 / 6,06 / 6,28   |                                  |
| Taxa de Utilização de Cateter Venoso Central na UTI Pediátrica / Coronária / Neonatal - Média  | 71,84% / 81,28% / 40,23%   |                                  |
| Taxa de Mortalidade Operatória Média Ano de 2022   | ASA I: 0,00%; ASA II: 0,07%; ASA III: 0,35%; ASA IV: 3,25%; ASA V: 0,00% |                                  |

O Relatório de Avaliação de Execução da Competência de 2022 foi publicado na íntegra no site: <https://www.saude.sc.gov.br/index.php/documentos/informacoes-gerais/organizacoes-sociais/contratos-de-gestao/contratos-de-gestao-finalizados/c-g-001-2017-hospital-infantil-dr-jeser-amarante-faria-organizacao-social-hospital-nossa-senhora-das-gracas/relatorios-de-avaliacao-de-execucao-12/21164-relatorio-de-competencia-de-2022-jeser-amarante-aprovado/filte>

Cod. Mat.: 913015

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

**EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO nº 2023TR000381.**

**CONCEDENTE:** O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENIENTE:** Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó, mantenedora do Hospital OASE, com sede no município de Timbó. **OBJETO:** Auxiliar no custeio e manutenção dos Leitos de UTI de Neonatal e Pediátrico para a entidade Hospital e Maternidade OASE, com a finalidade de oferecer melhor atendimento ao usuário do Sistema Único de Saúde – SUS. **VALOR DOS RECURSOS:** Total de R\$ 1.553.499,99 (um milhão e quinhentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), por parte do CONCEDENTE, em 03 (três) parcelas. **DOS RECURSOS:** As despesas serão realizadas na seguinte classificação orçamentária: 48000 – 48091 – 480091 – 10 – 302 – 0430 – 0220 – 011328 – 3 – 33 – 50 – 41, Programa Transferência: 2023011808, Fonte dos Recursos: 0100, Natureza da Despesa: 33504102, conforme Nota de Empenho nº 2023NE013977, de 26/05/2023, constante no processo SCC 3924/2023. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** Até 30 de setembro de 2023, condicionada sua eficácia à publicação, deste extrato, no DOE. **DATA:** Florianópolis, 26 de maio de 2023. **SIGNATÁRIO:** Carmen Emilia Bonfá Zanotto, pela SES e Teresinha Metzker, pela Ordem.

Cod. Mat.: 913050

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO.** Decisão: A Secretária de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 83886/2023** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **NUTRICLIN SAÚDE COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA**, CNPJ 12.694.747/0001-76 , a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 2.794,37 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 4709/2023 – Edital nº 2694/2021.

Cod. Mat.: 912725

**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO.** Decisão: A Secretária de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 81827/2023** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **MEDILAR IMPOR. E DISTR. DE PROD. MÉDICO-HOSPITALARES S/A**, CNPJ 07.752.236/0001-23, a penalidade de **MULTA** no valor de R\$ 159,76 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 3866/2023 – Edital nº 1300/2022.

Cod. Mat.: 912729

### Segurança Pública

### Polícia Militar

**Portaria Nº 283/PMSC/2023, de 29/05/2023.**  
O Comandante-Geral da Polícia Militar no uso de suas atribuições legais, resolve: **DEMITIR**, de acordo com o artigo 9º, inciso I da Lei nº 11.496, de 19/07/2000 e Edital Nº 46/APMT/PMSC/2022, a professora de Língua Inglesa **CRISTIANE BEIMS MCKENNA**, com nível de instrução - Graduação, contratada através da Portaria 51/PMSC/2023, de 02/02/2023, das suas funções de Professora de Língua Inglesa do Centro de Educação Infantil "Vida e Movimento"-CEIVM, a contar de 31 de maio de 2023.

**AURÉLIO JOSÉ PELOZATO DA ROSA**  
Coronel PM Comandante-Geral da PMSC

Cod. Mat.: 912817

**PORTARIA Nº 286/PMSC de 30/05/2023.**  
DESIGNO, com base no Art. 22, inciso XXI, da CF/88, combinado com o Art. 4º do Decreto-Lei nº 667/69, o Art. 107 da CE/89, o Art. 5º da Lei Complementar nº 380/07, e o Art. 7º do Decreto nº 1274/21 e LC 767/2020, para compor o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado – **GILSON DA SILVEIRA, 3º SARGENTO PM RR Mat. 916627-0**, à contar de 01/06/2023.

**Aurélio José Pelozato da Rosa**Coronel PM Comandante Geral da PMSC

Cod. Mat.: 912947

### Polícia Civil

**PORTARIA Nº 1544/GAB/DGPC/PCSC, de 29/05/2023.**  
**O DELEGADOGERAL DA POLÍCIA CIVIL**, no uso de suas atribuições, com base no inc. V do Art. 11 do Decreto nº 1.860, de 13/04/2022, e, conforme o processo PCSC 58415/2023, concede **EXONERAÇÃO** a **RAQUEL APARECIDA DOS SANTOS**, mat. nº 0625235401, lotada na DPCO SAO JOAO BATISTA, ocupante do cargo de ESCRIVA DE POLÍCIA CIVIL, com efeitos a contar de 02/06/2023.

**ULISSES GABRIEL**  
DelegadoGeral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 912710

**PORTARIA Nº 032/PCSC/DGPC/GEPLA, 30 DE MAIO DE 2023.**  
**O Delegado-Geral da Polícia Civil**, no uso das atribuições estabelecidas no art. 11, inciso VI, do Decreto 1.860, de 13 de abril de 2022, e, tendo por fundamento o art. 117, combinado com o art. 184, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **Resolve:**

**Art. 1º** - Designar a servidora **Eliane Márcia Chaves** – Matrícula 0362565-6-01, cargo de Delegada da Polícia Civil, para atuar como fiscal do Acordo de Cooperação Técnica nº 2020TN001567, celebrado entre a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Santa Catarina (OAB/SC), e o Estado de Santa Catarina, por meio da Polícia Civil, tendo por objeto formalizar a adesão entre a OAB/SC, Subseção de Araranguá/SC, e a Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso – DPCAM de Araranguá/SC, por conseguinte, aos compromissos e finalidades constantes do Acordo de Cooperação Técnica Nº 2020TN001567 firmado pela OAB/SC e a PCSC, em 27 de novembro de 2020, cuja vigência iniciou em 26/05/2023 e encerra-se com o fim da vigência do Acordo de Cooperação Técnica nº 2020TN001567.

**Art. 2º** - Ao fiscal designado na forma do artigo anterior, sob pena de responsabilidade, compete o fiel cumprimento do disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que se dará pelo cumprimento das responsabilidades constantes no anexo único desta portaria.

**Art. 3º** - À Gerência de Planejamento e Avaliação da Delegacia-Geral da Polícia Civil de Santa Catarina compete a supervisão e orientação dos procedimentos de fiscalização, incluindo a adoção de medidas cabíveis nas hipóteses em que lhe sejam comunicadas irregularidades na execução dos acordos de cooperação técnica.

**Art. 4º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**ULISSES GABRIEL**  
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 912922

**PORTARIA Nº 324/GAB/DGPC/PCSC, de 29/05/2023.**  
A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Delegado-Geral, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os preceitos do art. 226 da Lei 6.843/86 – **Estatuto da Polícia Civil de Santa Catarina e dos arts. 3º, § 3º e art. 25 e ss. da LC 491/2010**, resolve DESIGNAR os servidores **Alina Zimmermann Largura**, Delegada de Polícia de Entrância Especial, matrícula nº 308120-6, **Ana Silvia Serrano**, Delegada de Polícia de Entrância Final, matrícula nº 378.477-0 e **Graziella Joana Vieira**, Agente de Polícia de classe VIII, matrícula nº 322.166-0, todos Policiais Civis de Santa Catarina, para comporem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, a ser presidido pelo primeiro, que deverá ser concluído, se possível, no prazo de 60 (sessenta) dias, com a finalidade de apurar eventual cometimento de infração disciplinar atribuída ao Agente de Polícia, classe VIII, **P.C.F.A.**, matrícula nº 379.745-7-01, porque teria, em tese, se envolvido com a prática de tráfico de drogas ilícitas, ocasião em que teria comercializado, fornecido substância ilícitas a pessoas de seu ciclo e residentes na cidade de Santa Maria/RS, associando-se a eles com o objetivo de vender estes produtos entorpecentes naquela cidade e região. Os eventos narrados, caso efetivamente comprovados, poderão ensejar infrações disciplinares previstas no **artigo 210, inciso V (entregar-se ao uso de tóxicos ou comercializá-los), inciso XIV (receber propina e comissões ou auferir vantagens e proveitos pessoais de qualquer espécie e sob qualquer pretexto em razão de função ou cargo que exerça ou tenha exercido) e inciso XVIII (eximir-se do cumprimento do dever policial) e no artigo 211, inciso III (qualquer ato que manifeste improbidade no exercício da função pública) todos da Lei nº 6.843/86** – Estatuto da Polícia Civil de Santa Catarina, combinados com **artigo 9º, inciso I (receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público), da Lei nº 8.429/92** – Lei de Improbidade Administrativa.

**Ulisses Gabriel**  
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 912774

**PORTARIA Nº 319/PCSC/DGPC/CORPC, de 29/05/2023.**  
A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Corregedor-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **RECONDUZIR** a Comissão da **Sindicância Acusatória nº 04/2023**, na qual é sindicado o servidor de matrícula nº 650.551-1, mandada instaurar pela Portaria nº 776/PCSC/DGPC/CORPC, de 22/03/2023, publicada no D.O.E. nº 21.985, de 22/03/2023, com efeitos a contar do dia 22/05/2023.

**Alessandro de Sousa Isoppo**  
Corregedor-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 912775

**PORTARIA Nº 320/PCSC/DGPC/CORPC, de 29/05/2023.**  
A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Corregedor-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **RECONDUZIR** a Comissão da **Sindicância Acusatória nº 37/2022**, na qual são sindicados os servidores de matrícula nº 379.529-2 e 610.288-3, mandada instaurar pela Portaria nº 615/PCSC/DGPC/CORPC, de 18/08/2022, publicada no D.O.E. nº 21.866, de 28/09/2022, com efeitos a contar do dia 27/05/2023.

**Alessandro de Sousa Isoppo**  
Corregedor-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 912776

**PORTARIA Nº 321/PCSC/DGPC/CORPC, de 29/05/2023.**  
A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Corregedor-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **RECONDUZIR** a Comissão da **Sindicância Acusatória nº 38/2022**, na qual é sindicado o servidor de matrícula nº 992.540-6, mandada instaurar pela Portaria nº 451/PCSC/DGPC/CORPC, de 03/06/2022, publicada no D.O.E. nº 21.866, de 28/09/2022, com efeitos a contar do dia 27/05/2023.

**Alessandro de Sousa Isoppo**  
Corregedor-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 912777

**PORTARIA Nº 322/PCSC/DGPC/CORPC, de 29/05/2023.**  
A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por seu Corregedor-Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições legais, resolve **RECONDUZIR** a Comissão do **processo Disciplinar nº 21/2022, Processo Disciplinar nº 021/2022**, instaurado pela Portaria nº 597/GAB/DGPC/PCSC, de 16/08/2022, publicada no D.O.E. nº 21.866, de 28/09/2022, com efeitos a contar do dia 27/05/2023.

**Ulisses Gariel**  
Corregedor-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 912773